MOVIMENTOS DE MULHERES PELA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Milena Santos Santiago [1], Maria Claudia Cardoso Ferreira [2]

RESUMO

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada “Mulheres na história política contemporânea dos PALOP: processo da constituição e manutenção do acervo online de fontes digitais”, vinculada ao grupo de extensão África Contemporânea e realizada entre os anos de 2017 a 2019 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. A pesquisa consistiu na constituição e manutenção de um acervo digital de fontes sobre a participação das mulheres nas esferas de poder inseridas no contexto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e, hoje, já está disponível os resultados do estudo no site “Mulheres no poder” e têm como objetivo contribuir para futuros estudos acadêmicos na área de gênero e política em África. A partir das fontes digitais levantadas é que se possibilitou chegar aos dados aqui apresentados a respeito do movimento de mulheres organizado para a promoção da equidade e igualdade de gênero, rompendo com a negação e invisibilidade das mulheres na sociedade. Por isso, aqui propomos um recorte bastante assíduo nos estudos feitos para apontar de que forma os movimentos de mulheres vem conseguindo contribuir para a igualdade e equidade de gênero dentro da realidade dos Palop, identificando algumas das suas conquistas e desafios enfrentados no período da contemporaneidade, frente uma estrutura de poder marcada pelo sexismo.

Palavras-chave:

participação política. mulheres. Palop. contemporaneidade.

[1] UNILAB , Campus dos Malês, Discente, e-mail: milenasantiago@aluno.unilab.edu.br
[2] UNILAB, Campus dos Malês, Docente, e-mail: mariacardoso28@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce de uma perspectiva política e feminista, buscando promover na Unilab um maior interesse pelo tema e potencializar o desempenho acadêmico de pesquisas sobre mulheres em África com o fim de ampliar as lentes das realidades africanas em evidência. Dessa forma, inicialmente, a pesquisa objetivou o levantamento, descrição e catalogação de fontes sobre a participação política das mulheres nos diferentes espaços de poder dos Palop para a constituição de um acervo digital.

No estudo foi possível perceber que há uma atuação das mulheres africanas crescente na tentativa de romper com a negação e invisibilidade em uma estrutura de poder baseado no patriarcalismo nas esferas políticas, econômicas, intelectuais e sociais. O movimento de mulheres vem ganhando um protagonismo significativo, porém é preciso levar em conta que o entendimento e a agência diante desta problemática acontecem de formas diferenciadas em cada realidade.

Dentre os diversos assuntos e eventos encontrados nas fontes digitais analisadas foi bastante assíduo a forma como o movimento de mulheres africanas se articula nas suas respectivas sociedades para contestar as desigualdades e reivindicar a garantia de seus direitos, bem como elas pautam constantemente uma agenda da igualdade e equidade de gênero. Em suma, as leituras realizadas nos fazem salientar que é preciso compreender a integração das mulheres nesses espaços de poder, fazendo com que os países assumam as necessidades próprias das mulheres, revendo suas obrigações.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa de caráter exploratório para o levantamento, descrição e catalogação de fontes digitais sobre a participação das mulheres na política para a constituição e manutenção do acervo “Mulheres no Poder”, já disponível no endereço http://www.mulheresnopoder.unilab.edu.br.

Foi feito o levantamento de 30 a 40 documentos de cada país, pesquisados em sites de organizações internacionais, jornais onlines, oficiais dos governos em estudo, movimentos sociais, etc. Além dos documentos, o texto na íntegra, se elaborou, também, resumos dos mesmo para facilitar a leitura procurada por um breve texto. Este trabalho é fruto de toda esta pesquisa, sendo realizada por meio de uma análise de todos estes documentos levantados. Ao perceber um recorte bastante assíduo nos textos sobre os movimentos de mulheres buscando parcerias para a promoção de equidade e igualdade gênero é que se nasce a ideia de focar nesse tema.

Conforme Burton (2005) apud Carvalho (2017), “a história digital é uma nova forma de se fazer história, e que não pode ser restrita somente ao uso de ferramentas digitais de busca ou publicação de artigos online” e, dessa forma, pode-se perceber que a construção deste acervo digital de fontes sobre a participação das mulheres na história política contemporânea contribui para uma nova geração e formas de conhecimentos antes não dadas importância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos documentos levantados, pôde-se perceber que as mobilizações e maiores estímulos para discussão de pautas voltadas às demandas das mulheres, em sua maioria, acontecem ao mesmo passo que uma delas conseguem chegar no poder. É aí que os movimentos dessas mulheres se fortalecem e ganham visibilidade

pelos Estados e outros importantes atores sociais nacionais e internacionais.

Ao pensar o contexto dos PALOP, pode-se pontuar que as perspectivas e o desenvolvimento das mobilizações nesses países acontecem conforme uma lógica própria, “devemos ser cautelosas/os e sempre especificar as divergências orquestradas pelas diferentes estruturas socioculturais, o desenvolvimento, a evolução histórica e a sua mudança nas constelações” (BAKARE-YUSUF, 2003, P. 14).

Dessa forma, foi possível listar algumas das principais pautas discutidas para cada contexto, pensadas a partir das demandas de mulheres observáveis aos movimentos sociais, organizações internacionais ou iniciativas do próprio Estado. São elas:

● Angola - Condições de habitabilidade de mulheres encarceradas; Combate à violência sexual, doméstica e institucional; Materialização da Lei Sobre Violência Doméstica; Fuga da paternidade e sobrecarregamento da jornada de trabalho das mulheres; Baixa representatividade das mulheres nos espaços de poder e fraca participação das mesma em atividades relacionadas aos direitos civis e políticos; Projeto social “Educação e Participação para Igualdade” e “Empoderamento da Mulher Angolana através de Organizações da Sociedade Civil”; Empoderamento econômico, garantia de empregos e implementação de políticas de bem-estar nas zonas rurais; Superação de diferenças na disponibilidade e acesso à serviços básicos entre mulheres da zona urbana e da zona rural; Acesso à saúde e à educação e diminuição dos níveis de mortalidade maternas e/ou neonatais;

● Cabo Verde - O papel da educação no combate à violência de gênero; Incentivo e fortalecimento do acesso e da participação das mulheres na definição e decisão sobre políticas públicas; Acesso à educação da mulheres em relação aos homens; Seminários abertos à sociedade para conscientização da igualdade de gênero e pensar em estratégias para maior representatividade feminina nas esferas públicas; a substituição do programa microcrédito para o financiamento de atividades geradoras de riqueza e bem-estar social para as mulheres; Diálogo com as políticas públicas e iniciativas legislativas a nível global; Aumento do acesso de empregos formais, produtividade e autonomia econômica;

● Guiné-Bissau - Mobilização para a conscientização das mulheres sobre a importância do seu voto; Condições de mulheres que assumem a liderança da economia informal e familiar; Apoio às candidatas a deputadas de todos os partidos concorrentes; Capacitação para mulheres candidatas a algum cargo público; Paridade e equidade de gênero na esfera de tomada de decisão; Incentivos para maior participação feminina e maior representatividade das mulheres nos cargos eletivos; O papel da cultura na vida da mulher e os problemas com dotes de casamento, por exemplo; Projetos sociais como: “Caminhar para um Novo Equilíbrio na Guiné Bissau: criar espaços para uma verdadeira participação das mulheres na gestão pacífica dos conflitos e governação;

● Moçambique - Combate à violência contra as mulheres e a promoção do empoderamento econômico; Desenvolvimento sustentável; Discussões e articulações de pauta internacional de incidência das mulheres rurais; Erradicação da pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional; Gravidez na adolescência e mortes maternas em alto nível; Infecção por HIV e SIDA; Incentivo de maior envolvimento das mulheres na

política; Violência urbana, doméstica e sexual contra mulheres; Comprometimento com o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança; Ampliação do acesso à educação e saúde;

● São Tomé e Príncipe - Articulação entre os diversos intervenientes na defesa e promoção dos direitos das mulheres; Combate à pobreza e ao desemprego; Empoderamento e emancipação das mulheres; Educação das mulheres; Incentivo das organizações da sociedade civil para a promoção dos direitos das mulheres no domínio legislativo; Sensibilização das mulheres a lutarem pelos seus direitos; Trabalhos de capacitação para atender a área de gênero;

Abaixo, pontua-se as maiores conquistas até hoje adquiridas por estes países, a partir do documentos analisados durante a iniciação científica:

● Angola - comprometimento de importantes organizações internacionais em cooperação e laços de amizade para promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no país; maior presença e participação das mulheres nas áreas da política, economia, educação e saúde em prol do desenvolvimento do país; crescentes iniciativas de debater e lidar com problemas em torno das mulheres a partir do ativismo de movimentos das mesmas; articulação política de movimentos sociais com entidades políticas (mulheres) que estão nos espaços de poder;

● Cabo Verde - organizações comprometidas com o empoderamento político e com a igualdade de gênero; implementação de políticas públicas que contribuem para transformar a condição social das mulheres; maior espaço e número de mulheres na vida política; reconhecimento das competências e capacidades de lideranças das mulheres desde grandes revoltas do período colonial; maior participação das mulheres em áreas sociais, crianças e juventude e meio ambiente; eventos promovidos pelo Estado para conscientização da sociedade civil em relação a igualdade de gênero; Avanços na promoção dos direitos sociais ligados à educação e saúde; evolução no quadro legal de combate à violência e discriminação contra a mulher;

● Guiné-Bissau - organizações internacionais comprometidas em cooperações para igualdade de gênero e empoderamento político; lei de paridade que garante mulheres na política; capacitação de mulheres para a participação política; Movimento de mulheres que dão apoio às estratégias e captação de votos durante a campanha eleitoral de outra mulheres;

● Moçambique - aumento do número de mulheres que participam nos processos políticos e que ocupam espaços importantes de poder; conferências mundiais para debater a situação das mulheres africanas; enfrentamento à violência e ações de autonomia econômica das mulheres; cooperação e atuação de organismos internacionais, corporações e Estados em compromisso com as causas das mulheres mais frequentes; cooperações Sul-Sul;

● São Tomé e Príncipe - maior participação e conscientização das mulheres na vida política; movimentos contra violência domésticas e familiares pelas mulheres; iniciativas de promoção dos direitos humanos tendo como ponto de partida os direitos das mulheres; projetos para defesa dos direitos das mulheres, promoção de

igualdade de gênero e combate à violência; processo de emancipação; capacitação para a sociedade civil sobre gênero e desenvolvimento; debates distritais sobre direitos das mulheres.

Alguns dos desafios, também, foram listados conforme uma maior recorrência nos mesmos documento da pesquisa. São eles para cada país:

● Angola - representação política das mulheres nos cargos públicos com interferência do Estado que muitas vezes nomeiam/indicam homens; despertar interesse e capacitar mulheres para estarem, cada vez mais, ativas na política; estrutura de poder altamente sexista;

● Cabo Verde - presença das mulheres ainda reduzida nos parlamentos; presença fraca ainda de lideranças a nível do poder local; condições para que as mulheres possam ter oportunidade de ingressarem na vida política e ocupar cargos de relevo na gestão do país; paridade homem/mulher no acesso a diversos serviços e direitos; poder político e público masculinizado; dupla/tripla ou mais jornadas de trabalho e atividade renumerada para as mulheres; condições de trabalho e/ou subempregos vulneráveis; muitas mulheres chefiando a casa e a família com maior incidência nas zonas rurais; desigualdade forte nas áreas de saúde e educação;

● Guiné-Bissau - Não cumprimento da lei de cotas para mulheres por parte de alguns partidos; violência doméstica; Gravidez precoce e abandono da escola;

● Moçambique - o próprio sistema político estruturado e a percepção que se tem do papel da mulher nos espaços públicos e de tomadas de decisões; Falta de sensibilidade às questões de gênero em muitas agendas políticas; acesso escasso à educação e saúde por parte das mulheres; violência doméstica; desiguais oportunidades sociais, econômicas, políticas e culturais; segurança urbana; percepção social do papel da mulher;

● São Tomé e Príncipe - falta de preparação técnica e a fragilidade das instituições relativas à ausência de informações de qualidade sobre a situação da mulher; falta de sensibilidade dos decisores políticos; falta de informação geral das mulheres sobre seus direitos; múltiplas jornadas de trabalho para as mulheres; mulheres como progenitora da família; gravidez precoce; Abandono da escola pelas meninas, desde cedo, para assumir as atividades do lar e da família; violência doméstica.

CONCLUSÕES

A luta pela igualdade e equidade de gênero em África é condicionada pela contestação de uma estrutura de poder fundamentada na cultura patriarcal e na hegemonia masculina, muito relacionada aos aspectos culturais e/ou tradicionais de cada contexto, tempo e espaço, que perpetuam opressões, desigualdades, negações e invisibilidades das mulheres, especialmente em espaço historicamente masculinos.

Com os dados supracitados, é possível perceber que, apesar das particularidades, os países analisados compartilham de muitos problemas sociais. A percepção do papel da mulheree constrói mediante a uma cultura patriarcal que condicionaliza o poder com base em aspectos que vão além do biológico e que interseccionam posições e imposições, subalternizando-as ao masculino e à masculinidade severa.

Quando estas mulheres chegam ao poder, nota-se que se engajam mais nas áreas sociais, fato que confirma os estudos feitos pelo Fórum Econômico Mundial (2005, P. 10) que diz que "a ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses".

Entretanto, pode-se considerar o fator "histórico-tradicional" e/ou "cultural" um dos pontos cruciais para se começar a entender como as opressões se intercruzam e se fixam no comportamento social na contemporaneidade. Para superar uma longa história de negação da mulher e conquistar todos os direitos e igualdade que merecem é preciso desconstruir toda uma estrutura e fomentar mecanismos de agências cada vez mais fortalecidos, fazendo do problema de gênero, uma responsabilidade de todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Professora Maria Claudia e a colega Locarine Oncampo pelos aprendizados e parcerias para além dos estudos.

REFERÊNCIAS

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. Feminist Africa, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

CARVALHO, Diogo. Dilemas e obrigações da história digital e da sociologia digital relacionadas à coleta massiva de dados na internet. Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades, São Paulo, v. 15, n. 1, p.1-17, nov. 2017. Anualmente.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (FEM). Empoderamento de mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. 3 - 28 p. Tradução e Edição de José Humberto Fagundes.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. Sociedade e Estado , [s.l.], v. 30, n. 2, p.415-447, ago. 2015. FapUNIFESP.